



SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE MIGRANTES VENEZUELANOS NA CIDADE DE MANAUS-AM

Acácio Justino Frota ¹
Tiago Maiká Müller Schwade ²

RESUMO

A migração dos venezuelanos para Manaus tem sido um fato crescente desde 2014, impulsionado por condições adversas que atingem na Venezuela. Este estudo explora as estratégias de inserção urbana adotadas por esses migrantes, com foco na segregação socioespacial e nas ocupações irregulares em áreas periféricas da cidade. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, baseada em observações de campo realizadas em duas dessas ocupações irregulares, com o objetivo de compreender as condições de habitação, as formas de organização social e os processos de exclusão. A análise revela que, ao chegar a Manaus, os migrantes venezuelanos não têm propriamente autonomia de escolha sobre os locais onde se estabelecem, sendo empurrados para áreas marginalizadas e insalubres, muitas vezes em regiões de risco, como encostas e margens de igarapés. Embora essas ocupações possam remeter a elementos dos territórios tradicionais dos migrantes, elas são, na prática, uma imposição da segregação socioespacial. A pesquisa discute como esse processo reflete a exclusão urbana, sendo a falta de alternativas habitacionais o fator central que os mantém nessas áreas. O estudo contribui para a compreensão das complexas dinâmicas de territorialização e segregação em contextos urbanos amazônicos.

Palavras-chave: Migração, Ocupações irregulares, Migrantes Venezuelanos.

RESUMEN

La migración de los venezolanos hacia Manaus ha sido un fenómeno creciente desde 2014, impulsado por las condiciones adversas que afectan a Venezuela. Este estudio explora las estrategias de inserción urbana adoptadas por estos migrantes, con énfasis en la segregación socioespacial y en las ocupaciones irregulares en áreas periféricas de la ciudad. La investigación adoptó un enfoque cualitativo, basado en observaciones de campo realizadas en dos de esas ocupaciones irregulares, con el objetivo de comprender las condiciones de vivienda, las formas de organización social y los procesos de exclusión. El análisis revela que, al llegar a Manaus, los migrantes venezolanos no poseen verdadera autonomía para elegir los lugares donde se establecen, siendo empujados hacia zonas marginadas e insalubres, muchas veces en áreas de riesgo, como laderas y márgenes de igarapés. Aunque estas ocupaciones puedan remitir a elementos de los territorios tradicionales de los migrantes, en la práctica constituyen una imposición de la segregación socioespacial. La investigación discute cómo este proceso refleja la exclusión urbana, siendo la falta de alternativas habitacionales el factor central que los mantiene en esas áreas. El estudio contribuye a la comprensión de las complejas dinámicas de territorialización y segregación en contextos urbanos amazónicos.

¹ Geógrafo pela Universidade do Estado do Amazonas, Mestrando em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas. Bolsista: CAPES, acacio.jf@gmail.com.

² Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas (PPGEOG/UFAM), maika@ufam.edu.br.



Palabras clave: Migración, Ocupaciones irregulares, Migrantes venezolanos.

INTRODUÇÃO

A intensificação dos fluxos migratórios a partir da Venezuela nas últimas décadas tem gerado novos desafios para as cidades brasileiras da região amazônica. Guerra (2024, p. 38) observa que “desde 2014, com notável incremento a partir de 2015, há um acentuado movimento migratório da Venezuela para o Brasil”, evidenciando o aumento expressivo desse fluxo populacional nos últimos anos.

Segundo dados da Plataforma de Coordenação Interinstitucional para Refugiados e Migrantes (R4V), até 3 de dezembro de 2024, cerca de 7.891.241³ pessoas haviam deixado a Venezuela. Desse total, o Brasil acolheu 568.058 refugiados e migrantes até 4 de junho de 2024.

De acordo com Silva e Abrahão (2019), o aumento do movimento migratório da Venezuela para o Brasil, observado a partir de 2014 e intensificado em 2015, está relacionado a diversos fatores estruturais. Entre os principais, destacam-se a escassez de produtos e insumos básicos, a precariedade do atendimento hospitalar e a limitada oferta de empregos no país de origem, o que impulsionou milhares de venezuelanos a buscar melhores condições de vida em território brasileiro.

Dentre os grupos mais vulneráveis entre os migrantes estão os indígenas venezuelanos (Kariña, Warao e Pemom) que, ao chegarem à cidade de Manaus, muitas vezes dispõem apenas do dinheiro necessário para as passagens de ônibus (ACNUR, 2021). Sem condições de arcar com os altos custos de aluguel, recorrem frequentemente às ocupações irregulares, buscando formas de inserção urbana que conciliem condições mínimas de sobrevivência e moradia.

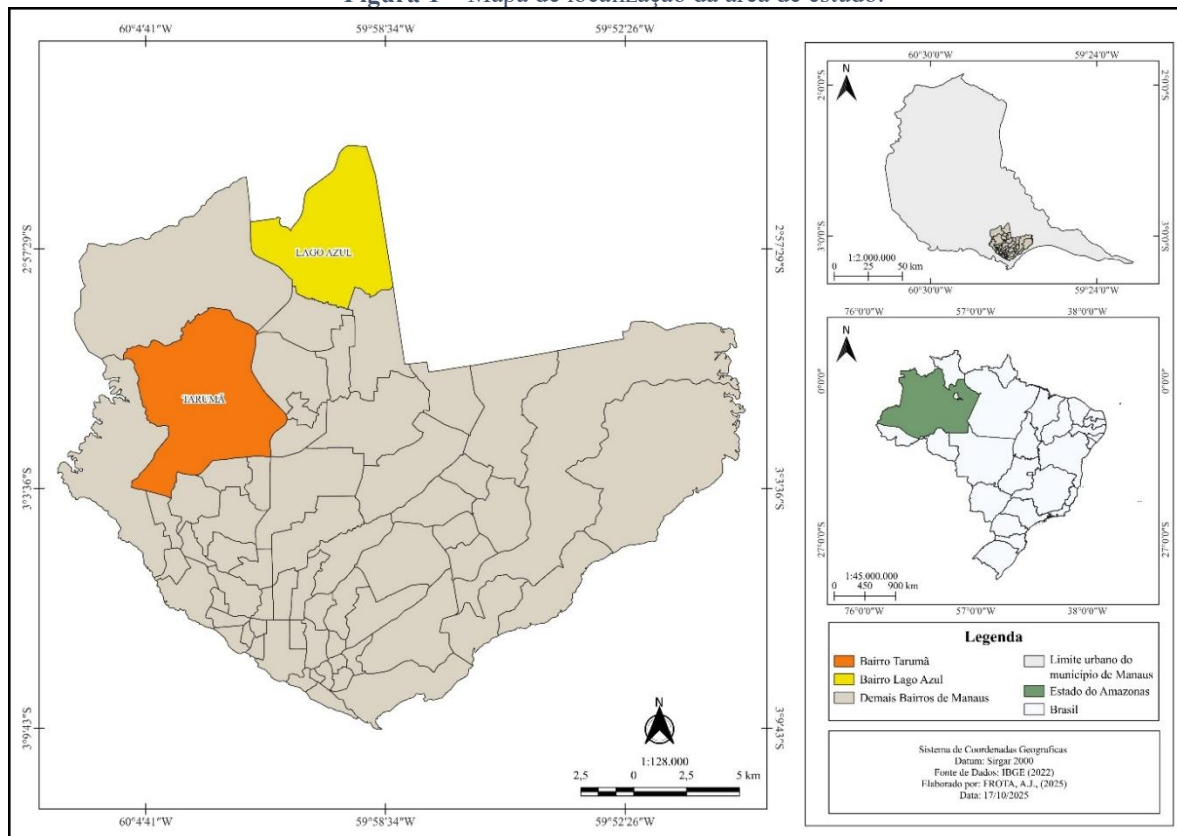
A pesquisa tem por objetivo compreender como os migrantes, constroem estratégias de inserção urbana em contextos de vulnerabilidade, frente às adversidades impostas pelas estruturas sociais.

³ Dados disponibilizados pela Plataforma de Coordenação Interinstitucional para Refugiados e Migrantes (R4V). Disponível em: <<https://www.r4v.info/es/node/247>>. Acesso em: 18 de abril de 2025.

METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa foi qualitativa, com base em observações de campo realizadas em duas ocupações, localizadas nos bairros, Tarumã e Lago Azul na cidade de Manaus, Amazonas (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo.



Elaborado por: FROTA, A, J, (2025).

As visitas de campo consistiram em observações diretas, conversas e registros fotográficos, sobre as condições de habitação, localização espacial e formas de organização social dos migrantes venezuelanos. Além disso, foram feitos, cartogramas participantes que “tem como um dos objetivos o conhecimento do território concreto, sendo elaborado coletivamente” (Aquino; Cavalcante; Faria, 2015, p. 134).

Conforme Faria; Pereira (2016), cartogramas participantes diferem-se dos mapas mentais, pois são coletivos e baseados em referências espaciais concretas, enquanto os mapas mentais expressam percepções individuais e subjetivas do território.



[...] não devemos confundir cartogramas participantes com mapas mentais, pois aqueles são elaborados de forma coletiva com a localização real, concreta, criando uma legenda com nomenclatura própria dos elementos do território que julgam importantes para sua existência, quando testados com auxílio do GPS ou mesmo com observação direta, há comprovação da existência e sua localização como descrito; ao contrário, os mapas mentais são representações individuais do elemento do território ou de uma dada paisagem, que pode ser diferente de acordo com o sujeito que o representa, porque depende da percepção auxiliada por dados cognitivos, subjetivos perceptivos apenas pelo indivíduo (Faria; Pereira, 2016, p. 80).

Portanto, essa diferença torna-se ainda mais relevante quando aplicada ao estudo da segregação socioespacial na cidade Manaus, pois evidencia diferentes formas olhar o território. Enquanto os cartogramas participantes permitem compreender a materialidade das ocupações, validando a localização e os elementos concretos que estruturam a vida dos migrantes, os mapas mentais revelam dimensões subjetivas ligadas à percepção individual, afetiva e simbólica do espaço.

Os cartogramas participantes foram construídos pelos próprios migrantes venezuelanos, que representaram o espaço onde vivem a partir de suas experiências cotidianas, evidenciando elementos significativos de seu território, como as áreas de mata, o campo de futebol e a localização das residências. Nota-se cartogramas participantes, elaborados pelos migrantes venezuelanos, complementa essa análise ao mostrar, de maneira simples e concreta, a forma como esses grupos sociais estão inseridos.

Além disso foi realizado anotações em diário de campo, buscando compreender como ocorre o processo de segregação socioespacial. A análise dos dados buscou interpretar as práticas espaciais e os mecanismos de exclusão e resistência.

O critério de escolha das áreas pesquisadas foi a presença significativa de migrantes venezuelanos e a localização em áreas de risco. A pesquisa respeitou princípios éticos de anonimato e confidencialidade, não expondo dados pessoais dos participantes.

Entre as limitações, destacam-se o tempo reduzido de observação em algumas áreas, dificuldades de acesso e conversas, o que restringiu a profundidade de algumas análises.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao migrarem para o meio urbano, procuram estabelecer em áreas que remetam a elementos característicos de seus modos tradicionais de vida, como a proximidade de matas, rios e igarapés. Nesse contexto Faria; Castro; Osoegawa (2022, p. 943) argumenta que:

[...] a migração de alguns povos para as cidades que acabam por ocupar territórios que se aproximam ou lembram os territórios originários e continuam mantendo relações sociais, políticas e econômicas com estes, transformando-os no que denominados preliminarmente em territórios indígenas urbanos.

Essa preferência, no entanto, vai além de uma ligação com o meio ambiente; trata-se de uma lógica territorial única, alicerçada em saberes ancestrais e práticas cotidianas integradas à natureza. Contudo, as dinâmicas urbanas da capital amazonense impõem limites severos à realização dessa escolha.

As observações realizadas durante os trabalhos de campo em duas ocupações irregulares, nos bairros Tarumã e Lago Azul na cidade de Manaus evidenciam que, na prática, os migrantes venezuelanos não possuem autonomia para escolher onde instalar suas residências (Figura 2).

Figura 2 – Cartograma da ocupação irregular, Lago Azul



Fonte: Migrantes venezuelanos, 2025.



A Figura 2 revela, com riqueza de detalhes, a configuração espacial da ocupação irregular, evidenciando a disposição das ruas, das moradias e das áreas de mata que compõem o território. As construções seguem o traçado irregular das vias abertas pelos próprios moradores, o que revela um processo de ocupação que se estrutura de forma gradual, à medida que novas famílias se instalam. Observa-se que os migrantes venezuelanos encontram-se concentrados nas porções mais periféricas da ocupação, em áreas afastadas das vias principais e da entrada, frequentemente próximas a trechos de mata ou zonas de declive. Essa localização reforça a ideia de que sua inserção territorial não é resultado de escolha, mas consequência direta das barreiras impostas pelos mecanismos de exclusão urbana.

Como é abordado por Oliveira (2018), nas ocupações irregulares a um crescimento desordenado e desigual, que resulta em ocupações, sobre lagoas, igarapés, ou próximos a áreas de preservação ambiental.

Peres; Saboya (2024) afirmam que a segregação socioespacial não é apenas um efeito da desigualdade, mas também uma causa de sua perpetuação, já que as diferenças de renda, classe e poder político determinam quem pode ocupar as áreas centrais e quem é empurrado para as margens, isso é algo que se observa claramente nas ocupações irregulares onde vivem os migrantes venezuelanos em Manaus.

Essa ausência de liberdade na escolha de onde habitar torna-se evidente no relato de um migrante venezuelano, ao afirmar que “os migrantes só podem ocupar determinados espaços” (Migrante Venezuelano 1, 2025)⁴, revelando as limitações impostas pelas condições de vulnerabilidade e pela exclusão socioespacial que marcam seu processo de inserção urbana.

Portanto seus espaços de habitação são definidos pela segregação socioespacial: instalam-se em lugares que restam, considerados indesejáveis pela sociedade urbana, pois esses espaços localizam-se nas áreas impedidas legalmente de serem ocupadas. Esses espaços são vistos como insalubres, pois são áreas de risco como deslizamento de terras, encostas íngremes e margens de igarapés, que muitas vezes estão poluídos, ou áreas próximas a fragmentos florestais, distante das vias principais de acesso da ocupação irregular. Observa-se que os migrantes venezuelanos não têm escolha de onde habitar e, portanto, estão em vulnerabilidade socioespacial.

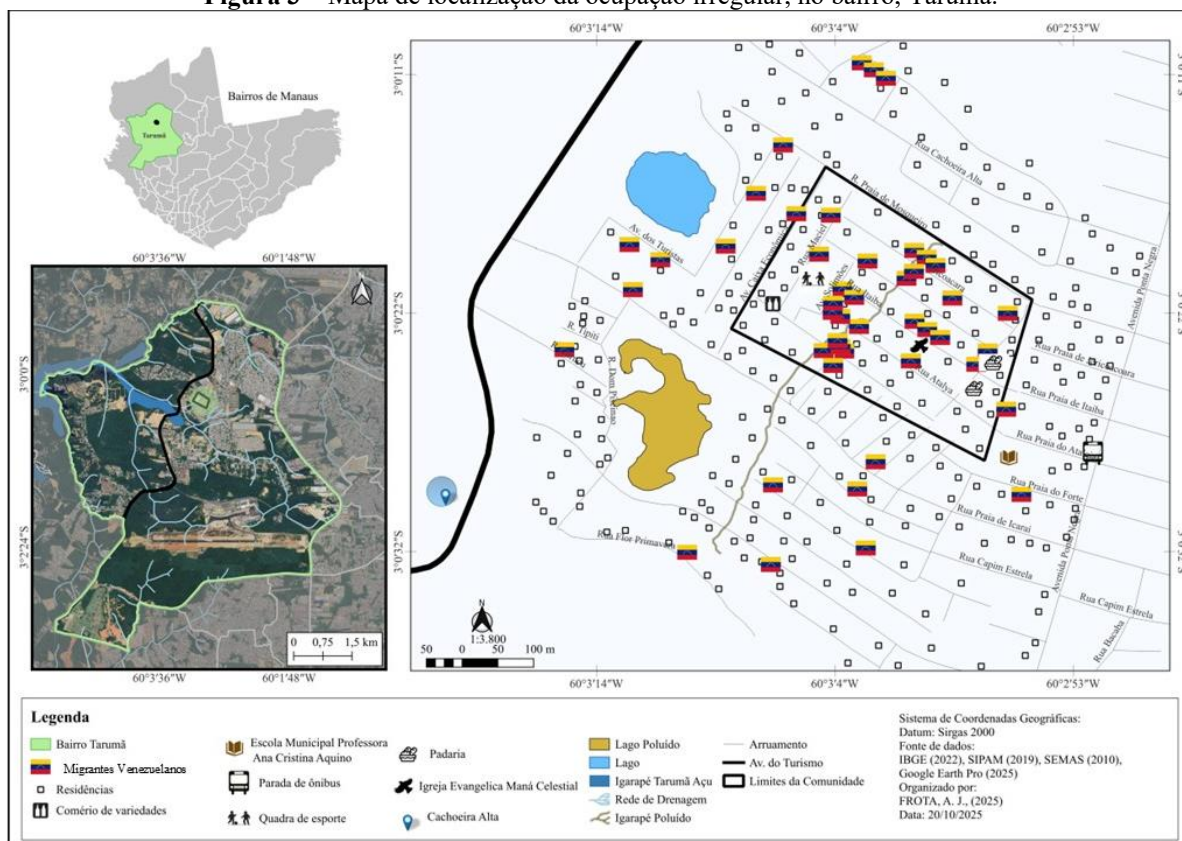
⁴ Foi preservado o nome dos migrantes venezuelanos.

Lefebvre (2001) propôs o “direito à cidade” como reivindicação central para uma vida urbana justa. Esse direito envolve não apenas acesso físico ao espaço urbano, mas também participação nas decisões que definem os rumos da cidade. No contexto migratório, esse direito é frequentemente negado, já que os migrantes venezuelanos enfrentam barreiras legais, econômicas e simbólicas para sua plena integração.

Nesse contexto, Harvey (2008) segue a mesma lógica de Lefebvre (2001) ao enfatizar que o direito à cidade é um direito coletivo, fundamental para combater a exclusão. No caso de Manaus, os migrantes venezuelanos encontram um espaço urbano hostil, que os coloca a áreas insalubres e invisibiliza suas demandas por habitação digna.

A figura 3, mostra o mapa de localização da ocupação irregular, localizada no bairro Tarumã, após a elaboração do cartograma, foi elaborado um mapa de localização.

Figura 3 – Mapa de localização da ocupação irregular, no bairro, Tarumã.



Elaborado por: FROTA, A, J, (2025).



A Figura 3 evidencia que os migrantes venezuelanos, representados pela bandeira da Venezuela, concentram-se nas proximidades de um igarapé, o qual se encontra visivelmente poluído, por isso está representado pela cor marrom⁵. Observa-se que a maior parte das residências está localizada próximo ao igarapé, o que expõe os moradores a uma situação de vulnerabilidade socioambiental.

Essa proximidade entre as moradias e o igarapé agrava os riscos enfrentados pelos migrantes, como relatado por um deles: “Quando chove, o igarapé transborda e alaga as casas; já houve vezes em que perdemos eletrodomésticos” (Migrante Venezuelano 2, 2025). Tal relato evidencia como a precariedade das condições de moradia e a localização em áreas de risco expressam a dimensão concreta da segregação socioespacial, na qual grupos em situação de vulnerabilidade são empurrados para territórios ambientalmente frágeis, reafirmando a lógica desigual de produção do espaço urbano em Manaus.

Outro aspecto relevante observado é que parte das residências se encontra nas proximidades de um lago que não apresenta sinais de poluição, conforme relatado por um morador (Migrante Venezuelano 3, 2025). Em contraste, verifica-se que o lago poluído, apontado pelos migrantes venezuelanos concentra um número menor de moradias, ocupadas por eles.

Essa diferenciação evidencia as múltiplas condições ambientais presentes na ocupação, refletindo também distintas formas de vulnerabilidade e adaptação ao território. Nesse sentido, a disposição das moradias revela um processo de territorialização marcado por desigualdades, em que os migrantes se apropriam do espaço de acordo com as possibilidades que lhes são oferecidas, reafirmando a lógica de uma urbanização excludente e seletiva, conforme discutem Haesbaert (2004) e Villaça (1998).

É importante observar que os locais de moradia ocupados pelos migrantes venezuelanos não refletem uma escolha pessoal, mas sim uma imposição resultante da exclusão social, que os empurra para espaços rejeitados pelos demais moradores. Ainda que essas áreas remetam, em certa medida, aos territórios de origem para os migrantes indígenas, sua ocupação está

⁵ É importante destacar que foram os migrantes venezuelanos que criaram a legando com símbolos e cores.



relacionada muito mais à ausência de alternativas habitacionais do que a uma preferência voluntária.

Portanto, a segregação socioespacial restringe os migrantes venezuelanos a áreas de risco, agravando ainda mais sua situação de vulnerabilidade. A falta de alternativas habitacionais os expõe a condições insalubres, perpetuando ciclos de marginalização e exclusão.

Nesse contexto, concordamos com Villaça (1998, p. 148) quando ele argumenta que “[...] a segregação seria um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros”. É exatamente nessa dinâmica dialética que se insere a situação dos migrantes venezuelanos em Manaus.

Nas ocupações irregulares, observa-se essa dupla face da segregação: enquanto pessoas brasileiras ocupam as áreas mais privilegiadas e os migrantes são confinados a espaços insalubres, reproduzindo assim uma hierarquia espacial que espelha e reforça sua marginalização social.

Assim, a segregação socioespacial não se dá apenas pela distância física dos centros urbanos, mas também pela alocação forçada em áreas de menor valor ambiental, social e simbólico. Nesse contexto Vieira e Melazzo (2012), relata que o acesso a esses espaços é desigual e restrito para as diferentes classes sociais.

Dentro das próprias ocupações irregulares, é possível perceber uma lógica interna de segregação socioespacial: os migrantes são empurrados/forçados para os espaços mais insalubres, distantes das entradas principais, dos acessos viários e dos espaços de convivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração de venezuelanos para Manaus evidencia a complexidade das dinâmicas socioespaciais que marcam os contextos urbanos da Amazônia. Movidos pela busca de melhores condições de vida, esses grupos se deparam com barreiras estruturais que os empurram para os espaços mais precarizados da cidade, revelando um processo contínuo de exclusão e segregação. A ocupação de áreas insalubres e de risco não resulta de uma escolha cultural ou de afinidade ambiental, mas sim de uma lógica de marginalização que restringe seus direitos à moradia digna e ao usufruto da cidade.



As ocupações localizadas nos bairros Tarumã e Lago Azul exemplificam de forma concreta essa realidade, demonstrando como a segregação socioespacial não decorre de decisões voluntárias, mas de imposições derivadas da estrutura urbana desigual. Apesar dessas limitações, os migrantes constroem estratégias de resistência e adaptação, fortalecendo vínculos comunitários, práticas de solidariedade e territorialidades próprias que lhes permitem reafirmar sua presença no espaço urbano.

Assim, a segregação socioespacial imposta aos venezuelanos em Manaus reflete não apenas um conflito pelo uso e apropriação do espaço urbano, mas também práticas cotidianas de resistência diante dos processos excludentes de produção da cidade. O estudo evidencia, portanto, a necessidade de compreender a migração e a segregação como fenômenos interligados, que expressam tanto as contradições do modelo de urbanização amazônico quanto a capacidade dos sujeitos em reconstruir seus modos de vida mesmo em meio à adversidade.

Conclui-se que a análise da segregação socioespacial dos migrantes venezuelanos em Manaus contribui para ampliar o debate sobre políticas públicas de habitação, acolhimento e integração de populações em mobilidade. Reforça-se, por fim, a importância de pesquisas futuras que acompanhem a evolução dessas ocupações e avaliem seus impactos sociais, ambientais e territoriais, de modo a subsidiar ações que promovam justiça social e o direito à cidade na Amazônia.



REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Os Warao no Brasil**: contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf>>. Acesso em 16 abr. 2025.

AQUINO, Wendell Adriano Farias de; CAVALCANTE, Davi Grijó; FARIA, Ivani Ferreira. Gestão do conhecimento e tecnologias sociais dos povos indígenas do rio Curicuriari. FARIA, Ivani Ferreira. (Org.). **Gestão do conhecimento e território indígena**: por uma geografia participante. Manaus: Reggo, Edições, 2015.

CARLOS, A. F. A. Segregação socioespacial e o “direito à cidade”. **Geosp** – Espaço e Tempo (On-line), v. 24, n. 3, p. 412-424, dez. 2020. ISSN 2179-0892. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/177180>. doi: <<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2020.177180>>. Acesso em: 7 abr. 2025.

FARIA, Ivani Ferreira de; CASTRO, Carla Cetina; OSOEGAWA, Diego Ken. Povos indígenas: da negação da identidade e do território ao direito originário à terra no Amazonas. **Revista ciência geográfica**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 926–950, 2022. Disponível em: <<https://ppg.revistas.uema.br/index.php/cienciageografica/article/view/2926>>. Acesso em: 7 abr. 2025.

FARIA, Ivani Ferreira de; PEREIRA, Heloísa Corrêa. Mapeamento Participativo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Saracá Piranga, Silves/Amazonas. In: Ivani Ferreira de Faria. (Org.). **Geopolítica ambiental produção do território no estado do Amazonas**. 1ed. São Paulo: Annablume, 2016.

GUERRA, Lucas D. O ‘problema’ dos povos indígenas refugiados e migrantes e suas ‘soluções’: formas de categorização e intervenção sobre os povos indígenas em trânsito da Venezuela para o Brasil. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 31–57, 2024. DOI: 10.30612/rmufgd.v13i25.17267. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/17267>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **O direito à cidade**. São Paulo: Boitempo, 2008.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

OLIVEIRA, Janaine Voltolini de. **Desigualdade socioespacial, violência urbana e vulnerabilidade social**: adolescentes em conflito com a lei em Boa Vista – Roraima. 2018. 228 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2018.

PERES, Otávio Martins; SABOYA, Renato. Segregação socioespacial, morfologia da expansão e fragmentação socioeconômica em cidades brasileiras de porte médio. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [S. l.], v. 16, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/Urbe/article/view/31642>>. Acesso em: 31 out. 2025.



SILVA, João Carlos Jarochinski; ABRAHÃO, Bernardo Adame. Contradições, debilidades e acertos dos marcos de regularização de venezuelanos no Brasil. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 255–278, 2019. DOI: 10.30612/rmufgd.v8i16.9845. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/9845>>. Acesso em: 16 abr. 2025.

VIEIRA, A. B.; MELAZZO, E. S. Introdução ao conceito de segregação socioespacial. *Formação (Online)*, [S. l.], v. 1, n. 10, 2012. DOI: 10.33081/formacao.v1i10.1118. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1118>>. Acesso em: 7 abr. 2025.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.